



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 193, de 2015

Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do acordo do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 7 de Maio de 2009.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado Rocha

I - RELATÓRIO

A Excelentíssima Senhora Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional a Mensagem Nº 193, de 2015, acompanhada da Exposição de Motivos conjunta do Ministro de Estado das Relações Exteriores e do Ministro da Justiça, com vistas à aprovação legislativa a que se refere o inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, do texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 7 de Maio de 2009.

Autuada pelo Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída inicialmente a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, estando igualmente prevista a apreciação da matéria por parte da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania.

Na referida Exposição de Motivos conjunta, o Ministro das Relações Exteriores Mauro Luiz Iecker Vieira e o Ministro da Justiça José Eduardo Martins Cardozo, informam que o presente Tratado foi firmado com o propósito de tornar mais



eficaz a aplicação da lei de ambos os países no que respeita à investigação, ação penal e prevenção do crime por meio da cooperação e assistência jurídica mútua.

Suas Excelências acrescentam que o instrumento assegura a sua compatibilidade com as leis internas das Partes ou com outros acordos sobre assistência jurídica mútua que as Partes tenham ratificado, bem como a proteção da confidencialidade das solicitações e o sigilo das informações não necessárias às investigações.

A seção dispositiva do presente instrumento conta com trinta e dois artigos, dentre os quais destacamos o Artigo 1º, que estabelece o alcance da assistência que incluirá, dentre outros, a entrega de comunicações de atos processuais, coleta de provas, realização de interrogatórios e inquirição de testemunhas, a transferência temporária de pessoas sob custódia, audiência por videoconferência, cumprimento de solicitações de busca e apreensão, fornecimento de documentos e registros, entrega de ativos, divisão de ativos e qualquer outro tipo de auxílio que seja acordado pelas Autoridades Centrais no contexto do documento.

O Artigo 2º prevê a denegação do auxílio se:

- a) o cumprimento da solicitação ofender a soberania, a segurança, a ordem pública ou outros interesses essenciais da Parte Requerida;
- b) o delito for considerado de natureza política;
- c) houver razões para acreditar que o auxílio foi solicitado com o intuito de processar pessoa em razão de sua raça, de seu sexo, de sua religião, de sua nacionalidade ou de sua origem étnica;
- d) a solicitação for emitida por tribunal de exceção ou *ad hoc*;
- e) a solicitação referir-se a pessoa que, tendo sido julgada na Parte requerida pela mesma infração que originou o pedido de auxílio, tenha direito a ser libertada em virtude de absolvição ou de condenação anterior;
- f) a solicitação referir-se a infração considerada, pela Parte requerida, como delito somente de natureza militar e não de acordo com a legislação penal comum;
- g) a solicitação referir-se a infrações consideradas pela Parte



requerida como infrações penais relativas à legislação tributária, alfandegária, cambial ou a outras questões financeiras, quando o objetivo principal do procedimento for relativo à arrecadação ou à condenação ao pagamento de imposto;

h) a solicitação referir-se a um crime passível de pena de morte na legislação da Parte requerente, salvo:

- I. se for possível supor razoavelmente que o cumprimento da solicitação reduzirá o risco da condenação à morte; ou
- II. se a solicitação tiver sido feita em decorrência de um pedido formulado pelo próprio investigado ou acusado; ou
- III. se a Parte requerente der garantias suficientes de que não haverá condenação à pena de morte ou, caso haja, de que não será executada;

i) a solicitação referir-se a uma infração que possa ocasionar a condenação à prisão perpétua de acordo com a legislação da Parte requerente, a menos que esta Parte dê garantias suficientes de que a pena será acompanhada da possibilidade de libertação posterior do condenado.

O Artigo 3º dispõe sobre as medidas cautelares passíveis de serem implementadas pela autoridade competente da Parte Requerida; ao passo que o Artigo 4º trata sobre a confidencialidade e limitações ao uso de informação ou prova obtida.

Nos termos do Artigo 5º, a Parte Requerida providenciará a entrega de documentos judiciais à Parte Requerente para intimação ou outro ato de comunicação que determine o comparecimento de pessoa perante autoridade ou Juízo no território da Parte Requerente.

Os Artigos 6º e 7º cuidam do depoimento ou produção de provas na Parte Requerida; conquanto o Artigo 8º cuida especificamente da hipótese de transferência temporária de pessoas sob custódia.

Enquanto o artigo 9º cuida das hipóteses do Salvo-conduto, o artigo 10 cuida do regramento sobre as Audiências por Videoconferência.

O Artigo 14 trata da devolução pela Parte Requerente dos documentos ou bens fornecidos pela Parte Requerida, ao passo que o artigo 15



determina que, os objetos apreendidos que tenha sido objeto de perdimento pela Parte Requerida poderão ser devolvidos à Parte Requerente, de acordo com a lei interna da Parte Requerida.

A parte Cooperante pode apresentar, nos termos dos Artigos 17 a 20, solicitação de divisão de ativos à Parte que está em posse de ativos apreendidos quando sua cooperação tenha levado à apreensão ou quando haja expectativa de que esta possa ocorrer.

A indicação das Autoridades Centrais: Ministério da Justiça, no caso do Brasil, e Serviço Público Federal de Justiça no caso do Reino da Bélgica, estão prevista no Artigo 21, a forma e conteúdo da solicitação de auxílio por uma das Partes atende ao prescrito no Artigo 22, sendo a execução dessa solicitação feita conforme dispõe o artigo 24.

Conforme estabelece o Artigo 27, a Parte Requerida arcará com os custos incorridos em seu território e não terá direito a reembolso, exceto nos casos que especifica. O Artigo 29 determina que as Autoridades Centrais das Partes consultar-se-ão, mediante solicitação de qualquer delas, a respeito da implementação deste Acordo, seja em geral ou em relação a caso específico.

O presente Acordo, nos termos do Artigo 30, entrará em vigor no 30º dia após o recebimento da última notificação escrita das Partes dando conta do cumprimento de seus respectivos procedimentos internos necessários, deverá ser aplicado a qualquer pedido apresentado após a data da sua entrada em vigor, ainda que os atos ou omissões que constituam o crime tenham ocorrido antes daquela data, e vigorará por um período indefinido de tempo, sendo facultado às Partes, no entanto, denunciá-lo a qualquer momento. É o Relatório

II – VOTO DO RELATOR

Estamos a apreciar o Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal nos termos do qual se comprometem a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica. Esse ato internacional comprova uma vez mais que a cooperação internacional entre os Estados representa um instrumento relevante no combate ao crime no contexto atual de globalização, onde se constata um maior movimento de pessoas pelas fronteiras nacionais, o aumento das operações ilícitas internacionais e o avanço do



crime organizado de viés transnacional.

Para tanto, o presente Acordo conta com as cláusulas usuais da assistência jurídica em matéria penal, incluindo, dentre outros, os procedimentos de comunicação de atos processuais; a busca, apreensão e entrega de documentos; a transmissão de provas, registros criminais e documentos e a transferência temporária de pessoas sob custódia.

Atualmente, observamos um incremento comercial entre Brasil e Bélgica, com o Brasil se posicionando entre O Brasil posicionou-se no 20º lugar entre os fornecedores do mercado belga.

Em suma, o presente instrumento coaduna-se com os princípios constitucionais que regem as nossas relações internacionais, notadamente com o princípio de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, razão pela qual VOTO pela aprovação do texto do Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, assinado em Brasília, em 7 de maio de 2009, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão em de de 2015

ROCHA
Deputado Federal – PSDB/AC



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , de 2015

(MENSAGEM Nº 193, de 2015)

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 7 de Maio de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 7 de Maio de 2009.

Parágrafo Único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do Inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão em de de 2015

ROCHA
Deputado Federal – PSDB/AC